





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Art. 2º A margem consignável, para consignações facultativas, não poderá ultrapassar 35% (trinta e cinco por cento) da remuneração líquida mensal do servidor, na forma de regulamento.

Parágrafo único Considera-se como remuneração líquida mensal, para fins do disposto nesta Lei, o valor proveniente da remuneração ou provento total do servidor público civil e militar, ativo ou inativo, e seus pensionistas, deduzidos os pagamentos de verbas transitórias e as consignações e descontos compulsórios.

Art. 3º Fica terminantemente vedada, a partir da publicação desta Lei, a abertura de margem consignável para operações de cartão de crédito e cartão benefício de consignação e outros congêneres.

Art. 4º A partir da publicação desta Lei, as operações de consignações em folha de pagamento de todos os Poderes e órgãos autônomos do Estado de Mato Grosso somente poderão ocorrer por consignatárias que sejam:

I - instituições financeiras regularmente constituídas e autorizadas pelo Banco Central do Brasil para atuarem como Bancos Comerciais, Bancos Múltiplos, Bancos Cooperativas, Cooperativas de Crédito e a Caixa Econômica Federal;

II - entidades de previdência complementar e seguradoras do ramo de vida integradas ao Sistema Financeiro Nacional;

III - operadoras de planos de saúde regulamentadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Mato Grosso Saúde, na coparticipação;

IV - sindicatos e associações exclusivamente de representatividade de classe dos servidores do Estado de Mato Grosso, exceto na modalidade mensalidade.

§ 1º A atuação como consignatária fica condicionada ao credenciamento prévio junto ao órgão gestor da folha de pagamento do respectivo Poder e órgão autônomo e ao atendimento dos critérios de segurança, transparência e capacidade operacional definidos nos respectivos regulamentos.

§ 2º A quantidade de instituições consignatárias credenciadas poderá ser limitada por ato do respectivo Poder e órgão autônomo, com base em critérios de eficiência, controle e proteção ao servidor.

Art. 5º Para execução do sistema de consignações no Estado de Mato Grosso, a partir da data da publicação desta Lei, fica vedada ao Poder Público a cobrança de taxas, tarifas e a realização de descontos em favor de qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta.

§ 1º A vedação prescrita no *caput* deste artigo preserva os atos e fatos já constituídos, aplicando-se somente às novas operações.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

§ 2º Fica vedado às consignatárias efetuar a incidência direta ou indiretamente de valores relacionados ao disposto no caput deste artigo, nas novas operações de crédito a serem realizadas.

Art. 6º Fica criada a Ouvidoria Interinstitucional Especializada de Consignações, responsável por recepcionar, classificar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações quanto a eventuais irregularidades ou descumprimentos contratuais nas consignações averbadas em folha de pagamento, sem prejuízo do exercício das suas competências, especialmente no âmbito da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Sem prejuízo de demais providências que se fizerem cabíveis, os encaminhamentos de que trata o *caput* deste artigo deverão ser efetuados:

I - ao PROCON/MT, quando a situação envolver possível violação a direito do consumidor;

II - ao órgão gerenciador das averbações, quando envolver o possível descumprimento de regras administrativas.

§ 2º O órgão de que trata este artigo integrará a estrutura e será coordenado pela Controladoria-Geral do Estado, devendo contar com 01 (um) representante indicado por cada Poder e órgão autônomo do Estado de Mato Grosso.

§ 3º A Ouvidoria, nos termos de regulamento do Poder Executivo, organizará e divulgará lista de todas as reclamações recebidas contra as consignatárias, classificando-as em ordem decrescente de recorrência e por tema, como forma de contribuir para a tomada de decisão dos servidores públicos na contratação das operações previstas nesta Lei.

§ 4º O disposto neste artigo é complementar à atuação de cada órgão gerenciador das averbações de consignações na promoção de medidas que tenham por objetivo o melhor ambiente de contratação de operações de crédito previstas nesta Lei pelos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e seus pensionistas.

Art. 7º As Consignatárias que já operam com consignações em folha de pagamento deverão realizar novo credenciamento junto ao órgão gerenciador das averbações de consignações, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da publicação do regulamento desta Lei.

Parágrafo único O não atendimento ao disposto no *caput* deste artigo impedirá a realização de novas operações de consignação pelas instituições não credenciadas, ficando resguardado o repasse dos montantes relativos às liquidações de parcelas já averbadas anteriores à data da publicação desta Lei, na forma a ser estabelecida em regulamento próprio.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Art. 8º A aplicação desta Lei deve respeitar os atos jurídicos já praticados por entidades credenciadas até o seu completo exaurimento, ficando vedada a renovação:

I - de operações de cartão de crédito e cartão benefício de consignação e outros congêneres, independente da natureza da consignatária;

II - de qualquer operação com entidades que não estejam entre as instituições descritas no art. 4º desta Lei e que não estejam credenciadas.

§ 1º As proibições constantes nos incisos do *caput* deste artigo não se aplicam à contratação de operação de empréstimo consignado que objetive a quitação das operações de débitos provenientes de cartão de crédito ou com cartão de benefício consignado anteriormente firmadas, desde que realizadas com instituições credenciadas de acordo com o disposto nesta Lei.

§ 2º O disposto neste artigo não impede a suspensão, a retenção, o descredenciamento ou a imposição de qualquer sanção administrativa à instituição que tenha atuado irregularmente em casos de não comprovação da regularidade da transação em revisões administrativas ou apurações realizadas pelo órgão gerenciador das consignações, de controle interno ou de proteção ao consumidor.

Art. 9º Os Poderes e órgãos autônomos deverão, no âmbito de suas competências, regulamentar esta Lei em até 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Paiaguás em Cuiabá, de de 2025, 204º da
Independência e 137º da República.


OTAVIANO PIVETTA
Governador do Estado em exercício



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO



MENSAGEM Nº 72 DE 11 DE JUNHO DE 2025.

**Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores e Senhora Parlamentares,**

No exercício da competência estabelecida no art. 39, parágrafo único, inciso II, alínea “d”, da Constituição Estadual tenho a honra de me dirigir a Vossas Excelências para submeter à apreciação dessa Casa de Leis, o anexo Projeto de Lei que *“Dispõe sobre limites e condições para as consignações em folha de pagamento dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e seus pensionistas, e se aplica a todos os poderes e órgãos autônomos do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências”*.

A presente proposta se aplica a todos os poderes e órgãos autônomos do Estado de Mato Grosso e decorre da premente necessidade de a Administração Pública adotar medidas mais eficazes para promover o resguardo dos seus servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e seus pensionistas quanto à oferta de créditos com descontos consignados em folha de pagamento bem como de prover meios para evitar o cometimento de novas ações irregulares por empresas consignatárias que possam acarretar em prejuízos financeiros aos usuários dessa importante modalidade de crédito.

Sob esse enfoque, a proposta pretende i) limitar a margem para consignações facultativas ao máximo de 35% (trinta e cinco por cento) do provento ou remuneração líquida mensal do servidor; ii) criar regras mais consistentes para o credenciamento de instituições consignatárias, e iii) vedar a cobrança de descontos de qualquer natureza por parte das entidades públicas para a execução no sistema de consignações no Estado de Mato Grosso.

Como medida de suporte direto ao servidores, está sendo proposta a criação de uma Ouvidoria Interinstitucional Especializada de Consignações, que deverá funcionar no âmbito da Controladoria Geral do Estado, e contará com 01 (um) representante indicado por cada poder e órgão autônomo do Estado, ficando responsável por atuar de forma célere e eficaz frente às denúncias de eventuais irregularidades ou descumprimentos contratuais nas consignações averbadas em folha de pagamento, especialmente no âmbito da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Ciente da relevância e urgência da matéria a ser inserida no ordenamento jurídico de Mato Grosso, solicito nesta oportunidade, que seja empreendida a este projeto de lei, a **tramitação em regime de urgência**, de acordo com o previsto no art. 41, caput, da Constituição Estadual.

Estas, portanto, são as razões que me conduzem a submeter o presente projeto de Lei à apreciação deste Parlamento, contando com a colaboração de Vossas Excelências para a sua aprovação.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 11 de junho de 2025.


OTAVIANO PIVETTA

Governador do Estado em exercício



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO



OFÍCIO/GG/ 73 /2025-SAD.

Cuiabá, 11 de junho de 2025.

LIDO	
Na Sessão de:	
Em	11 / 06 / 2025
	
1º Secretário	

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **MAX RUSSI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Governador “Dante Martins de Oliveira”
Nesta.

Senhor Presidente,

Submeto à qualificada apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa a **MENSAGEM Nº 72 /2025**, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que *“Dispõe sobre limites e condições para as consignações em folha de pagamento dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e seus pensionistas, e se aplica a todos os poderes e órgãos autônomos do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências”*.

Atenciosamente,


OTAVIANO PIVETTA

Governador do Estado em exercício